Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Departamento de Direito Processual
DPC0439 – Instituições judiciárias
Professor Doutor Oreste Nestor de Souza Laspro
1º Semestre de 2023 (Optativa – 4º ano – Noturno)

AULA IV:
Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia; e órgãos de controle das instituições judiciárias

Monitor: Fabio Almeida (f.almeida@usp.br)
Sala Brasílio Machado
27/04/2023 – 20h às 21h35

1. **funções essenciais à justiça**

2. **ministério público**

    2.1) papel (missão) institucional: art. 127, "caput", da CRFB/1988

    2.2) funções institucionais

    2.3) estrutura

    2.4) regime jurídico

    2.5) atuação do MP no processo civil:

    (i) posições: parte e "fiscal da ordem jurídica"

    (ii) prerrogativas e poderes processuais

    (iii) consequências da falta de intervenção

    2.6) prerrogativas e vedações institucionais

3. **defensoria pública**

    3.1) papel (missão) institucional: art. 134, "caput", da CRFB/1988

    3.2) estrutura

    3.3) regime jurídico

    3.4) prerrogativas processuais

4. **advocacia**

    4.1) advocacia no sistema de justiça do Brasil

    4.2) regime jurídico

    4.3) prerrogativas processuais

5. **controle das instituições judiciárias**

    5.1) finalidades

    5.2) órgãos de controle:

    (i) Conselho Nacional de Justiça

    (ii) Conselho Nacional do Ministério Público

    (iii) Tribunal de Ética e Disciplina da OAB

    (IV) outros órgãos: ouvidorias e corregedorias

    5.3) controle popular

6. esclarecimento de dúvidas

7. textos sugeridos

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*: vol. I. 8. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2016, nn. 431-448, pp. 881-910.

SHAPIRO, Martin. *Who guard the guardians*?:Judicial control of administration. Athens (Georgia): University of Georgia, 1992.

STJ. Boletim informativo. A atuação do Ministério Público no STJ: o fazer e o não fazer na defesa do justo e do legal, 2022.